

O TEMPO DA GUERRA COLONIAL: RESISTÊNCIA E TESTEMUNHO NA POESIA DE MANUEL ALEGRE

Leonardo von Pfeil Rommel¹

RESUMO

A Guerra Colonial (1961-1974) inscreve-se na história portuguesa como um trauma, um tempo de exceção que rasura a identidade coletiva da nação, uma vez que é responsável pela ruptura de Portugal com seu secular império colonial. Enquanto que a ditadura do Estado Novo apoiava o conflito e vendia a ideia de que os espaços coloniais deveriam ser protegidos a fim de garantir a imagem de soberania do país no cenário global, nos poemas de *Praça da Canção* (1965) e *O canto e as armas* (1967), Manuel Alegre testemunha os acontecimentos do campo de batalha na África e apresenta a Guerra Colonial como uma jornada antiépica, um tempo de perdição, esvaziamento e flagelo do povo português, situando-a assim, na história nacional, como uma espécie de Alcácer-Quibir contemporâneo. A literatura que nasce a partir da experiência da Guerra Colonial busca constantemente reler a história e reinterpretar a identidade coletiva de Portugal. Escritos e publicados na clandestinidade e durante o exílio, os poemas de Manuel Alegre são portadores do signo da resistência à mitologia salazarista e denunciam o abandono dos combatentes, a violência e a inutilidade da guerra, apresentando-a como uma morte coletiva de toda a nação portuguesa. Por meio de seus versos, do discurso literário, Manuel Alegre testemunha a Guerra Colonial e apresenta os últimos capítulos do império colonial lusitano.

Palavras-chave: Guerra Colonial, Poesia, Testemunho, Resistência, Manuel Alegre.

¹ Doutor em Estudos de Literatura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). lvp-feil@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Guerra Colonial (1961-1974) inscreve-se na história portuguesa como um tempo de exceção da existência nacional, uma vez que, de acordo com o pensamento de Roberto Vecchi (2010, p. 187), ela representa, “pelo adensamento simbólico e histórico que nela se acumula (...), o fim de um mundo que tinha chegado ao ocaso, mas também o começo de outro que se encontra ainda em definição”. Os treze anos de combate assinalam, assim, uma tensão na identidade nacional, uma vez que rasuram a secular noção de império.

O império, que de acordo com a mitologia salazarista servia como base da existência nacional, é, assim, profundamente ameaçado pelos movimentos anticoloniais africanos, causando, desta forma, uma crise na representação da identidade do país. A Guerra Colonial inscreve-se como evento paradigmático e ambíguo na existência imperial lusitana, na medida em que obriga Portugal a lutar contra os seus próprios territórios ultramarinos a fim de evitar o desmembramento do corpo político e identitário da nação.

Ainda de acordo com o pensamento de Roberto Vecchi (201, p. 20), a guerra “mina a ontologia nacional e desmancha o mecanismo da exceção sobre o qual se regeu (...)” toda a base ideológica do Estado Novo de Salazar. Para o regime, defender os territórios coloniais significava não somente lutar pelo corpo físico, político e econômico do país, responsável, segundo Salazar, por assegurar a soberania e o espaço político português no cenário europeu e global, mas significava, em maior escala, defender toda a História e tradição imperial portuguesa.

Nos campos de batalha na África lutava-se então, por “(...) algo de mais complexo do que a defesa do espaço colonial: como declamava a retórica do regime salazarista, em jogo, estavam cinco séculos da História de Portugal, cinco séculos de colonização (...)” (VECCHI, 2010, p. 96). A guerra, desta forma, tensiona profundamente a pseudomemória imperial criada pelo salazarismo durante as quase cinco décadas em que controlou autoritariamente Portugal. É a partir da Guerra Colonial que todo o aparato ideológico do Estado Novo criado sobre a questão colonial começa a entrar em colapso.

Conforme Margarida Calafate Ribeiro (2004, p. 174), o começo da Guerra Colonial é marcado pelos “acontecimentos de 1961 em Angola – primeiro com o assalto às prisões (...) e depois com os ataques da UPA às fazendas no Norte do país – questionavam pela primeira vez, e de

forma global, a sociedade portuguesa” e o seu posicionamento a respeito do regime colonial. A ditadura do Estado Novo buscou de todas as formas silenciar os movimentos independentistas africanos através de uma reação violenta, respondendo com o envio de tropas para reprimir a população.

A questão da Guerra Colonial passa então a ser silenciada pelo regime de Salazar. O Estado Novo busca, de todas as formas, enquadrar a guerra na mitologia imperial do país, defendendo a ideia de que lutar contra a independência dos territórios ultramarinos tratava-se de uma questão de defesa da soberania e da identidade nacional. Para Salazar, os espaços coloniais garantiam a Portugal estabilidade econômica e política e, perdê-los, significava sacrificar a própria existência do regime, acima de tudo.

A ditadura fazia vigorar em Portugal um clima de censura e de silêncio, mantendo a “opinião pública desinformada e controlada” (RIBEIRO, 2004, p. 174), principalmente em relação à violência dos combates nas colônias africanas. A sociedade portuguesa, ao longo de décadas de opressão, na sua imensa maioria, desconhecia o desenrolar das questões ligadas ao colonialismo, uma vez que “para a vasta maioria do povo português a informação oficial era a informação disponível, vigiada por uma censura activa e manipuladora” (RIBEIRO, 2004, p. 177).

No entanto, se no início ainda houve alguma informação sobre o assunto, ainda que marcadamente manipulada (...), com o decorrer da guerra as notícias foram-se reduzindo a comunicados oficiais e, controladamente, a listas de falecimentos. O conteúdo dos comunicados era mais ou menos o mesmo: o que estava a acontecer em África não era uma guerra, mas uma ‘acção de soberania’, cujos resultados apresentavam uma dinâmica de pacificação e progresso. (RIBEIRO, 2004, p. 177-178).

Tendo-se em vista toda esta cortina de silêncio e ocultação que rondava a questão colonial, é possível afirmar que a Guerra Colonial atinge realmente o Portugal metropolitano principalmente a partir do momento em que uma grande parcela da população masculina passa a ser mobilizada para os campos de batalha em solo africano. Se a informação oficial era distorcida pela ditadura e anunciava que os combates serviam para estabelecer a paz nas colônias ultramarinas, “a realidade por detrás desta ficção tornava-se visível na esfera privada (...) com as cartas que traziam notícias dessa guerra distante, com um telegrama oficial, com o regresso dos militares a contar histórias de África, com o regresso dos mortos e

estropiados” (RIBEIRO, 2004, p. 178), situações estas que começaram a corroer o regime e a sua ideologia colonialista.

Em relação ao capital humano, a Guerra Colonial assume-se como um acontecimento extremamente traumático para a sociedade portuguesa, tendo em vista que praticamente toda as famílias do país foram direta ou indiretamente afetadas pelos conflitos no continente africano. De acordo com Humberto Sertório (2001), Presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, durante os treze anos de combates, cerca de 1.049.579 jovens portugueses foram mobilizados para os campos de batalha, número este que corresponde a incríveis quase 10% da população nacional e 90% da população jovem masculina de Portugal na década de 1970.

São os combatentes, em sua maioria jovens portugueses obrigados a abandonar suas vidas e seus sonhos para servir ao exército nos campos de batalha na África, os primeiros responsáveis por questionar toda a ideologia colonial do Estado Novo. São as cartas, poesias e testemunhos, gestados a partir da experiência singular e violenta da guerra, os discursos que lançam uma visão de contraponto ao silêncio que o regime buscava implantar sobre a questão da Guerra Colonial e sobre o colonialismo lusitano em África.

Neste aspecto de testemunho e de resistência à guerra e ao Estado Novo, adquire singular importância a trajetória do escritor Manuel Alegre. Opositor do regime e ativo nos movimentos estudantis de Coimbra, é convocado para a guerra em Angola no ano de 1962, onde organiza uma tentativa de revolta militar, sendo, devido a isso, preso pela PIDE em Luanda, por seis meses.

Em 1964, após ser enviado pela polícia política de volta a Portugal, abandona o país e passa a viver no exílio, na Argélia, retornado a Lisboa somente após a Revolução dos Cravos, em Abril de 1974. É no período de exílio que escreve e lança os seus livros de poemas, *Praça da Canção* (1965) e *O canto e as armas* (1967), ícones do testemunho da Guerra Colonial. Por falarem da guerra e por lançarem um profundo discurso de questionamento das bases ideológicas do regime fascista, os livros são aprendidos pela censura e circulam em Portugal na clandestinidade, através de cópias manuscritas e datilografadas.

Os poemas e narrativas literárias que testemunham a experiência individual e coletiva da guerra são “importantes elementos de reflexão sobre o modo europeu/português de estar em África (...), peças indispensáveis para entender o modo de estar hoje em Portugal (RIBEIRO, 2004,

p. 256). Tendo-se em vista o silenciamento que existia no país a respeito dos temas que envolviam a guerra, por meio do discurso poético e literário, Manuel Alegre traduz as experiências do campo de batalha para a sociedade portuguesa.

Ainda de acordo com os apontamentos de Margarida Calafate Ribeiro (2004, p. 250), é importante ressaltar que a literatura produzida a partir da experiência coletiva e individual da Guerra Colonial busca, em certa medida, “preencher o silêncio historiográfico, social e político (...), abrindo um espaço de reflexão, não só sobre o conflito havido, mas sobre o Portugal que foi e o Portugal que voltou” desta última empreitada imperial.

A literatura que tematiza a Guerra Colonial adquire um importante papel enquanto discurso de memória, uma vez que busca registrar, salvar do esquecimento por meio do discurso artístico a violência dos combates e a opressão do salazarismo. De acordo com Roberto Vecchi (2010, p. 97), “é tão importante a contribuição cognitiva que essa literatura traz que quem quiser um dia saber o que foi a guerra colonial e o que significou não poderá deixar de transitar por essas fontes literárias”.

A poesia de Manuel Alegre em *Praça da Canção* (1965) e *O canto e as armas* (1967), escrita e publicada ainda no decorrer da guerra e logo após a experiência do autor nos campos de batalha no norte de Angola revelam o cotidiano da guerra e questionam a ideologia colonial portuguesa, reescrevendo a Guerra Colonial a partir de uma perspectiva antiépica, situando-a ao lado de outros desastres históricos que rasuram a identidade nacional, como Alcácer-Quibir.

O compromisso com o testemunho da guerra fica evidente já no poema de abertura e apresentação de *Praça da Canção*, quando o eu lírico/poeta, a partir de sua posição de combatente-poeta ou poeta-combatente afirma que “é inútil mandarem-me calar. / De certo modo sou um guerrilheiro / que traz a tiracolo / uma espingarda carregada de poemas” (ALEGRE, 2009, p. 32).

A poesia de Manuel Alegre busca romper com o silêncio sobre a Guerra Colonial mantido pela ditadura salazarista. Ainda no poema de apresentação, o eu lírico afirma corajosamente que, através da fluidez e da rima da palavra poética, almeja enfrentar o sistema: “eu venho incomodar. / Trago palavras como bofetadas / e é inútil mandar-me calar / Eu venho tocar os sinos / Planto espadas / e transformo destinos” (ALEGRE, 2009, p. 32).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho de pesquisa consiste na aproximação entre as áreas da Literatura e da História. No decorrer da pesquisa, são analisados os livros de poemas *Praça da Canção* (1965) e *O canto e as armas* (1967), ambos de autoria do escritor português Manuel Alegre, quanto ao seu teor testemunhal, responsável por representar a Guerra Colonial (1961-1974). A fim de realizar esta aproximação entre Literatura e História são utilizados teóricos como Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi.

Publicados no auge da guerra e da repressão do regime salazarista, os poemas de Manuel Alegre buscam suprir o silêncio sobre a guerra instaurado em Portugal pela ditadura do Estado Novo por mais de uma década. O discurso literário, desta forma, dialoga com o discurso histórico na construção de um espaço de memória e resistência. O testemunho literário busca inscrever a Guerra Colonial na história portuguesa, repensando assim a identidade nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Margarida Calafate Ribeiro (2004, p. 197), Manuel Alegre é “o poeta da resistência, da Guerra Colonial, do exílio e da emigração”. Seus poemas, escritos a partir de sua experiência enquanto combatente na Guerra Colonial, em Angola, almejam testemunhar a violência e a opressão do regime de Salazar. Ainda de acordo com Ribeiro (2004, p. 197), sua “poesia acusa um olhar que redimensiona este tempo português ao integrá-lo num tempo histórico mais vasto da sua história”, reescrevendo a Guerra Colonial e situando-a na existência coletiva nacional.

No *Canto II* de *O cantos e as armas* (1967), intitulado *Continuação de Alcácer-Quibir*, Manuel Alegre compara a Guerra Colonial à tragédia histórica de Alcácer-Quibir. Em 1578 Portugal, comandado então pelo rei D. Sebastião, parte em busca da expansão do seu império no norte da África e sofre uma traumática derrota, que culmina com a morte do rei e a posterior anexação do território lusitano pela vizinha Espanha. A derrota de Portugal fica, desta forma, marcada na história e na identidade nacional como uma espécie de trauma.

A poesia de Manuel Alegre denuncia a inutilidade e a injustiça da guerra, apresentando-a como uma nova derrota, uma luta destinada a

um desfecho trágico para a identidade portuguesa. No poema *Explicação de Alcácer-Quibir* o eu lírico afirma que a Guerra Colonial é “o passado por dentro do presente” (ALEGRE, 2009, p. 130), “quinhentos anos dentro destes anos” (ALEGRE, 2009, p. 130), a repetição de um erro histórico, um naufrágio anunciado.

Estes barcos que partem com homens e armas
não já para colher além do mar a terra
mas
para levar além do mar a guerra.

E naufragar de novo. E de novo perder
além do mar o que se deixa em terra. (Porque o mais é
espuma.)
Alcácer-Quibir é ir morrer
além do mar por coisa nenhuma. (ALEGRE, 2009, p.
130-131).

Nos poemas de Manuel Alegre a Guerra Colonial é descrita como um tempo estagnado, tempo de derrota e perdição. Perda da juventude, perda de vidas: “Alcácer-Quibir é estar aqui / a ver morrer o Sol em cada tarde.” (ALEGRE, 2009, p. 130). A guerra é apresentada ainda como um trauma, uma sombra que escurece a existência dos portugueses, “este fantasma sobre a nossa idade” (ALEGRE, 2009, p. 130). A empreitada portuguesa de defesa dos territórios ultramarinos ressoa nos poemas de Manuel Alegre como uma jornada antiépica de repetição dos erros do passado.

Em *Praça da Canção* (1965), no poema *Romance de Pedro Soldado* observa-se também o questionamento sobre o sentido desta nova empreitada lusitana. Ao contrário das grandes navegações de séculos atrás, esta nova viagem dos portugueses para África é permeada de ambiguidades. Ao invés da conquista e do sentido épico, o que aguarda os combatente é o sofrimento e a desilusão de toda uma geração com a sua pátria. Segundo os versos de Manuel Alegre, o embarque para a guerra trata-se de uma melancólica condenação, uma vez que, “Já lá vai Pedro Soldado / num barco da nossa armada / e leva o nome bordado / num saco cheio de nada.” (ALEGRE, 2009, p. 75).

Ainda em *O canto e as armas*, o poema *Às onze da manhã de mil novecentos e sessenta e dois* traz o testemunho da experiência do campo de batalha no norte de Angola e aponta a violência da guerra como responsável por estagnar a existência dos combatentes. De acordo com o

eu lírico-combatente “Às onze da manhã de mil novecentos e sessenta e dois / quebrou-se o meu relógio entre Quipedro e Nambuagongo. / E desde então o tempo é um ditongo / entre não haver ontem e não haver depois” (ALEGRE, 2009, p. 125).

Não sei se riam se choravam se gritavam

eu não sei que palavras se diziam.

Estão ali estão ali. E disparavam.

E de súbito um berro. E de súbito um estrondo.

E não sei o que diziam: se choravam se riam.

Estão ali estão ali. E disparavam.

Às onze da manhã entre Quipedro e Nambuagongo.
(ALEGRE, 2009, p. 125).

A guerra, sua violência e a constante proximidade da morte rasuram o tempo e a existência do combatente. No poema ecoam os estrondos, gritos e tiros que embaralham os sentidos do eu lírico. É no decorrer do combate que o relógio se quebra, metáfora de um tempo que fica permanentemente estagnado na memória, marcada pelas cenas de caos e barbárie. A Guerra Colonial atua assim como estado de exceção, acontecimento que gera uma suspensão no tempo, tanto da existência individual dos jovens combatentes, como coletiva, na própria existência do povo português.

A experiência desagregada e negativa da guerra, que não se pode transformar em alguma experiência feita e comunicável, aprofunda e radicaliza a acção de desmembramento e dissolução das ordens espaço-temporais concebidas pela racionalidade clássica (...), a percepção das relações entre o sujeito, o espaço e o tempo sofre uma mutação qualitativa profunda, sai drasticamente modificada, quase pulverizada, da vicissitude bélica. (VECCHI, 2010, p. 65).

No poema *Nambuagongo meu amor*, presente em *Praça da Canção* o eu lírico apresenta também o tempo estagnado e rasurado que permeia os campos de batalha do norte de Angola. “Em Nambuagongo o tempo cabe num minuto / Em Nambuagongo há gente que apodrece.” (ALEGRE, 2009, p. 80), jovens portugueses condenados a lutar uma guerra que não é sua, jovens que matam e morrem em nome da política imperial do Estado Novo. Os versos apontam a erosão, o apodrecimento da

existência do combatente e de toda a retórica imperialista que mantinha a guerra e o colonialismo português na África.

É de Nambuangongo, espaço marcado na memória de Manuel Alegre que partem os versos que denunciam a barbárie do sistema colonial português e a inutilidade da guerra, este “tempo longo longo / tempo exactamente em cima / do nosso tempo/ Ai tempo onde a palavra vida rima / com a palavra morte (...)” (ALEGRE, 2009, p. 80).

Em Nambuangongo tu não viste nada
Não viste nada nesse dia longo longo
a cabeça cortada
e a flor bombardeada
não tu não viste nada em Nambuangongo. (ALEGRE, 2009,
p. 80).

Conforme Vecchi (2010, p. 66), o que a literatura produzida a partir da experiência histórica da Guerra Colonial evidencia é que “a guerra constitui assim uma experiência radical de descontinuidade em todos os níveis de consciência”. Além da fragmentação da identidade individual, “a experiência da guerra provoca também o colapso do sistema de símbolos, retóricos e ideológicos, que suturam o espaço imperial no qual o país se auto-reconhecia” (VECCHI, 2010, p. 66), produzindo, desta forma, uma ruptura profunda na identidade nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A poesia de Manuel Alegre em *Praça da canção* e *O canto e as armas* atua como um discurso de testemunho da Guerra Colonial e como resistência à mitologia imperialista do Estado Novo de Salazar. Conforme comenta Margarida Calafate Ribeiro (2004, p. 228), “a poesia de Manuel Alegre põe a claro não só a desintegração de uma identidade pessoal, mas toda a fragmentação inerente à imagem nacional oficial de Portugal e do seu império, que em África se vai descobrindo esvaziada”.

Os poemas de Manuel Alegre, escritos no exílio e ainda no decorrer da guerra questionam a identidade nacional portuguesa, evidenciado que a imagem de império, símbolo máximo do nacionalismo salazarista e da história lusitana correspondia também a uma realidade permeada pela violência e opressão. O testemunho poético/literário de Manuel Alegre, lançado a partir da experiência dos campos de batalha no norte

de Angola, inscreve a Guerra Colonial na existência portuguesa como uma jornada antiépica, uma ruptura.

Através da literatura, espaço de memória, testemunho e resistência da Guerra Colonial é possível pensar, reler e reescrever a história e a identidade de Portugal ao longo do século

A poesia de Manuel Alegre cumpre assim um papel político ao enfrentar, por meio dos versos, “Palavras tantas vezes perseguidas / palavras tantas vezes violadas” (ALEGRE, 2009, p. 174) o silêncio e o esquecimento dos conturbados últimos capítulos do império colonial português.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Manuel. **Praça da Canção**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2009.

ALEGRE, Manuel. **O canto e as armas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2009.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos**: império, guerra colonial e pós-colonialismo. Porto: Afrontamento, 2004.

SERTÓRIO, Humberto. A Guerra Colonial ainda não acabou. In: TEIXEIRA, Rui A (org.). **A Guerra Colonial**: realidade e ficção. (Org.). Livro de actas do I Congresso Internacional. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 217-230.

VECCHI, Roberto. **Excepção atlântica**: pensar a literatura da Guerra Colonial. Porto: Afrontamento, 2010.